

ACORDO DE COLABORAÇÃO
NO ÂMBITO DA
INICIATIVA NOVAS OPORTUNIDADES

Tendo em conta que:

A Iniciativa Novas Oportunidades tem como objectivo promover a qualificação dos portugueses fomentando condições para a escolarização da população, abrangendo tanto os jovens como os adultos pouco escolarizados.

A certificação de competências adquiridas ao longo da vida constitui um mecanismo privilegiado para a transparência das qualificações da população sem o 9.º ou o 12.º ano de escolaridade, propiciando o acesso a outras ofertas de qualificação escolar e profissional.

Esta tarefa só será concretizável mediante a intervenção articulada e sustentada da comunidade local, numa rede que potencialize esforços e recursos.

É celebrado o presente Acordo de Colaboração entre:

- O Instituto de Emprego e Formação Profissional, contribuinte fiscal n.º. 501442600, com sede na Avenida José Malhoa, n.º 11 em Lisboa (designado por IEFPP);
- A Direcção Regional de Educação de, contribuinte fiscal n.º., com sedeem (designada por DRE);
- A Câmara Municipal de; contribuinte fiscal n.º, com sedeem (designada por Município Outorgante ou Câmara Municipal)

Cláusula 1.ª

Objectivo

O presente Acordo de Colaboração tem por objectivo desenvolver uma actuação conjunta e concertada nos domínios da educação, qualificação e formação profissional, designadamente:

- a) Contribuir para a implementação de medidas locais de combate ao insucesso e abandono escolares;
- b) Proporcionar aos jovens a opção por cursos escolar e profissionalmente qualificantes, através do aumento e diversificação das ofertas;
- c) Elevar os níveis de escolarização e formação dos jovens e adultos residentes na área do Município Outorgante, com o objectivo de fazer do ensino secundário o referencial mínimo de qualificação;
- d) Promover dispositivos de educação e formação, conducentes à certificação de competências desenvolvidas em contextos formais, não formais e informais;
- e) Criar condições favoráveis a uma melhor articulação entre as dinâmicas de procura e oferta de educação e formação;
- f) Estimular a procura da qualificação como condição de sucesso do trajecto pessoal, social e económico local, mobilizando as populações, as empresas e outras instituições para os benefícios da aprendizagem;
- g) Promover e melhorar os níveis de qualificação dos próprios trabalhadores do Município Outorgante.

Cláusula 2.^a

Definição de acções/medidas

No âmbito dos objectivos definidos na cláusula anterior, os Outorgantes estabelecem como prioritárias as seguintes medidas:

- a) Promover o diagnóstico e levantamento das necessidades locais;
- b) Criar condições favoráveis a uma melhor articulação entre as dinâmicas de procura e oferta de formação;
- c) Publicitar a oferta de formação e certificação;
- d) Operacionalizar e acompanhar os cursos em articulação com as entidades formadoras e formandos abrangidos;
- e) Promover a avaliação e divulgação de resultados.

Cláusula 3.^a

Responsabilidade dos Outorgantes

1. À Câmara Municipal compete:

- a) Colaborar na dinamização de uma rede de actores locais relevantes para a implementação da Iniciativa Novas Oportunidades compreendendo, designadamente, a participação de entidades formadoras e estabelecimentos de ensino, em especial os que operem Centros Novas Oportunidades, as Associações Empresariais e Sindicais com representatividade no Concelho e os principais empregadores;
- b) Promover a divulgação dos objectivos e condições de funcionamento dos Centros Novas Oportunidades junto do público-alvo (população, entidades empregadoras, etc.), utilizando, nomeadamente, estratégias de comunicação de cariz municipal que regularmente desenvolve;
- c) Promover uma sessão pública de atribuição de diplomas de certificação de competências a utilizadores dos Centros Novas Oportunidades;
- d) Promover a atribuição de um Prémio de Mérito Empresarial Novas Oportunidades a empresas que se distingam por promover a participação dos seus trabalhadores em processos de qualificação;
- e) Identificar e colaborar com os Centros Novas Oportunidades com os quais o Município Outorgante irá envolver os seus trabalhadores em processos RVCC;
- f) Criar condições organizativas no Município Outorgante que permitam a efectiva participação voluntária dos seus trabalhadores nos processos de acções conducentes à sua formação e certificação, podendo parte da formação ser ministrada em horário pós-laboral.

2. À Direcção Regional de Educação compete:

- a) Colaborar com a Câmara Municipal na dinamização da rede de actores locais relevantes para a implementação da Iniciativa Novas Oportunidades, em particular na articulação com o tecido produtivo;
- b) Avaliar a necessidade de expansão da capacidade de intervenção da rede de Centros Novas Oportunidades, na área de intervenção do Município Outorgante, de modo a assegurar capacidade de resposta ao volume de solicitações suscitado no âmbito da estratégia de cooperação agora consagrada;

- c) Participar na definição e adopção de práticas que promovam uma eficaz articulação dos sistemas de Educação e Formação no que se refere nomeadamente à organização da oferta de cursos profissionalmente qualificantes, tendo em conta as necessidades do mercado de trabalho e indicações do Conselho Municipal de Educação e das Associações Empresariais;
- d) Apoiar o acompanhamento, monitorização e avaliação da actividade técnico-pedagógica dos Centros Novas Oportunidades da região;
- e) Apoiar pedagógica e tecnicamente os estabelecimentos de ensino na preparação de respostas formativas que venham a desenvolver e que confirmem certificação escolar e profissional;
- f) Apoiar, no âmbito das suas competências e atribuições, o encaminhamento dos trabalhadores do Município Outorgante para ofertas de educação e formação de adultos existentes no concelho, fomentando parcerias locais entre a Câmara Municipal e as Juntas de Freguesia e os Centros Novas Oportunidades.

3. Ao Instituto do Emprego e Formação Profissional compete:

- a) A dinamização da rede de actores locais relevantes para a implementação da Iniciativa Novas Oportunidades, em particular na articulação com o tecido produtivo;
- b) Participar na definição e adopção de práticas que promovam uma eficaz articulação dos sistemas de Educação e Formação no que se refere nomeadamente à organização da oferta de cursos profissionalmente qualificantes, tendo em conta as necessidades do mercado de trabalho e auscultado o Conselho Municipal de Educação e as Associações Empresariais;
- c) Articular e coordenar as suas intervenções com as de outros operadores de formação e estabelecimentos de ensino, através das Delegações Regionais, de forma a potenciar e a otimizar os recursos existentes no Município Outorgante;
- d) Apoiar tecnicamente as entidades formadoras na preparação de respostas formativas que venham a desenvolver, designadamente disponibilizando referenciais de formação;
- e) Apoiar, no âmbito das suas competências e atribuições, o encaminhamento dos activos do Município Outorgante para ofertas de educação e formação de adultos existentes no concelho, fomentando parcerias locais entre a Câmara Municipal e as Juntas de Freguesia e os Centros Novas Oportunidades.

Cláusula 4.^a

Prémio de Mérito Empresarial

As entidades subscritoras poderão promover a atribuição de um Prémio de Mérito Empresarial Novas Oportunidades a empresas que se distingam por promover a participação dos seus trabalhadores em processos de qualificação.

Cláusula 5.^a

Coordenação e acompanhamento

1. Cada um dos Outorgantes nomeará um interlocutor responsável pela implementação do presente Acordo de Colaboração, no âmbito das responsabilidades de cada um.
2. A Câmara Municipal será responsável pela coordenação da comissão referida no número anterior.¹
3. Cada entidade suporta as despesas inerentes aos seus representantes.

Cláusula 6.^a

Financiamento

1. O funcionamento da parceria será garantido pela participação dos Outorgantes, nomeadamente através da disponibilização dos seus meios humanos e técnicos tendo em conta as respectivas competências, sem que resulte deste acordo de colaboração um acréscimo dos encargos a suportar pelos Outorgantes.
2. Acções ou actividades de carácter específico serão objecto de financiamento próprio.

Cláusula 7.^a

Produção de efeitos

O presente protocolo produz efeitos a partir da data da sua assinatura e é válido até 31 de Dezembro de 2007, considerando-se tacitamente renovado por períodos sucessivos de um ano se entretanto não vier a ser denunciado, por escrito, por qualquer dos outorgantes com a antecedência mínima de trinta dias relativamente ao termo do prazo inicial ou das respectivas renovações.
